

## ARTIGOS

### A IMPLANTAÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL NO MUNICÍPIO DE TEIXEIRA DE FREITAS – BAHIA

*Karina de Oliveira Santos Cordeiro*<sup>1</sup>

*Liana Gonçalves Pontes Sodré*<sup>2</sup>

**Resumo:** O presente estudo discute as políticas públicas que assegura dentre outras possibilidades, o acesso e a permanência dos infantes em espaços educacionais, que, apesar de sua abrangência, foram analisadas nesta pesquisa dentro de um contexto educacional específico, mais precisamente no município de Teixeira de Freitas – localizado no Extremo Sul da Bahia –, onde se observa o processo de organização da Educação Infantil. Desta forma são consideradas as ações da Secretaria Municipal de Educação, que intenta cumprir os dispositivos legais no que diz respeito ao acesso e permanência da população infantil em instituições públicas de educação. Para tanto, serão utilizadas as informações disponibilizadas pela Secretaria Municipal de Educação, através de documentos e informações coligidas por um questionário enviado ao órgão municipal. Os resultados da pesquisa permitem afirmar que a SMEC procurou implantar a Educação Infantil no município, porém há ainda a necessidade de que outras ações sejam concretizadas, tais como: um plano de carreira, concursos públicos para os profissionais desta etapa de ensino, bem como a criação de uma formação em serviço que discuta os problemas atinentes ao desenvolvimento infantil. Outro aspecto a ser considerado é a construção das Diretrizes Curriculares para a Educação Infantil a partir do contexto local,

<sup>1</sup> Mestre em Educação pela Universidade do Estado da Bahia. Professora Auxiliar da Universidade do Estado da Bahia – Campus XV – Valença. E-mail: koscordeiro@hotmail.com

<sup>2</sup> Doutora em Educação pela Universidade de Campinas. Professora Titular da Universidade do Estado da Bahia – Campus X – Teixeira de Freitas e professora do Programa de Pós-Graduação em Educação e Contemporaneidade. E-mail: lianasodre@hotmail.com

pois a infra-estrutura destinada para as instituições não está compatível com as especificidades da Educação Infantil.

**Palavras-chave:** Educação infantil. Formação de professores. Políticas públicas.

Para compreender a trajetória que o município de Teixeira de Freitas traçou no que diz respeito às políticas públicas para a Educação Infantil, buscou-se analisar informações que permitissem historicizar como o processo de municipalização da Educação Infantil tem ocorrido. Na perspectiva do poder público local, foram estudados o documento disponibilizado pela Secretaria Municipal de Educação (SMEC), sobre as ações realizadas no tocante à Educação Infantil, denominado “Educação Infantil: percursos e percalços” (SMEC, 2004), elaborado pela Coordenação Pedagógica Municipal, bem como os dados coligidos na aplicação do questionário destinado à SMEC.

No início, o documento apresenta o plano de trabalho da SMEC voltado para a Educação Infantil, fundamentado nos Parâmetros em Ação, em parceria com o Ministério da Educação e Cultura (MEC), nos anos de 2001 e 2002. Em seguida, apresenta o plano para a formação continuada em serviço, que visa desenvolver as competências para ensinar, aplicado no período 2002-2004. Constam, ainda, da documentação fornecida pela SMEC, as Diretrizes Curriculares para as pré-escolas públicas municipais de Teixeira de Freitas, a descrição das atividades elaboradas para a implantação do evento intitulado Mostra de Trabalhos da Educação Infantil e alguns projetos realizados nas escolas de Educação Infantil entre os anos 2001-2004. A análise deste documento será realizada a seguir, conforme a ordem dos elementos nele dispostos.

A implementação da Educação Infantil pública ocorreu no ano de 1998, dois anos após a promulgação da Lei 9.394/96, pois, até então, apenas algumas crianças de seis anos eram atendidas em classes de alfabetização, que funcionavam junto às escolas municipais do Ensino Fundamental. Os estudos de Campos (2006) corroboram

esta relação temporal entre a Lei e a implantação da Educação Infantil, quando afirmam que é a partir do momento no qual a Lei exige que as prefeituras e outras instâncias governamentais transfiram, para o âmbito dos órgãos da educação, o encargo pela Educação Infantil que se amplia, nos municípios, a discussão sobre a responsabilidade desta etapa de ensino.

Nesse aspecto, defendemos, assim como Kramer (2003), que a integralização da Educação Infantil ao sistema municipal de educação deve proporcionar o respeito às diferenças e às especificidades do que é peculiar à infância. Rosemberg (2005) afirma que a mobilização de pesquisadores com o objetivo de enfatizar o direito à educação das crianças pequenas é a certeza de que a Educação Infantil é um espaço capaz de garantir a igualdade de oportunidade para todas as crianças.

No que se refere ao aspecto legal da municipalização da Educação Infantil, Kramer (2005) alerta que tal mudança implica os seguintes aspectos: 1) reorganização do sistema municipal, pois é preciso que o Conselho Municipal de Educação atue na regulamentação e elaboração das diretrizes curriculares para a Educação Infantil; 2) disposição de recursos físicos que possam oferecer uma educação de qualidade às crianças; 3) disposição de recursos financeiros para implementar ações voltadas para o ingresso dos profissionais na Educação Infantil por meio de concursos públicos; 4) garantia de qualificação e de formação em serviço desses profissionais.

Na época em que o Município de Teixeira de Freitas iniciou o processo de municipalização da Educação Infantil, em 1998, a SMEC organizou três instituições para a população de zero a seis anos de idade: uma creche em horário integral e duas pré-escolas para crianças de quatro a seis anos, com funcionamento em horário parcial. Uma dessas instituições ficava localizada na sede da SMEC e as outras num prédio alugado de uma antiga escola particular do município. Por conseguinte, apesar de a educação no município ter iniciado com algumas escolas públicas do Ensino Fundamental a partir da década de 1970, como afirma Silva (2002), só quase trinta anos depois, com a vigência da Lei

9.394/96, é que o município passa a oferecer timidamente uma creche e três pré-escolas.

É evidente que essas escolas de educação fundamental aconteceram por força das reivindicações da população e da estruturação do município, porém a implantação da Educação Infantil foi fruto de um processo de mobilização social mais amplo e das políticas públicas implementadas. Estudos como os de Kramer (2003), Vasconcellos (2001) e Kishimoto (1998) já enfatizavam a importância de movimentos como o Movimento Interfóruns de Educação Infantil no Brasil (MIEIB) para essa etapa da educação. O que aconteceu no município em estudo deve refletir um processo mais amplo no país como um todo.

Outro aspecto a ser ressaltado diz respeito à qualidade das edificações dos espaços da Educação Infantil. Para a implantação, recorreram a uma antiga instalação de uma escola particular e, para as demais, alugaram casas residenciais, com instalações em desacordo ao que é preconizado pelo MEC. Os Parâmetros Nacionais de Infra-Estrutura para as Instituições de Educação Infantil (BRASIL, 2006) recomendam que as políticas públicas se voltem para a construção e reformas de espaços, num trabalho conjunto entre educadores, arquitetos e engenheiros, a fim de que possa ocorrer o planejamento e a reflexão durante a construção ou reforma desses ambientes.

O texto dos Parâmetros Curriculares (BRASIL, 2006) foi elaborado a partir da parceria com os pesquisadores do Grupo Ambiente-Educação (GAE), e este grupo reúne profissionais e pesquisadores das áreas de arquitetura, engenharia, psicologia e educação de diferentes instituições que estudam a qualidade dos ambientes escolares, com destaque para a relação entre o espaço físico, o projeto pedagógico e o desenvolvimento das crianças.

É importante destacar que os estudos desse grupo viabilizam reflexões pertinentes para a adequação das reformas e construções dos espaços escolares da Educação Infantil, uma vez que os espaços de socialização e desenvolvimento são fundamentais para uma prática pedagógica coerente com as necessidades do trabalho com as crianças.

A proposta do GAE se caracteriza em:

[...] ampliar os diferentes olhares sobre o espaço, visando a construir o ambiente físico destinado à Educação Infantil, promotor de aventuras, descobertas, criatividade, desafios, aprendizagem e que facilite a interação criança-criança, criança-adulto e deles com o meio ambiente. O espaço lúdico infantil deve ser dinâmico, vivo, “brincável”, explorável, transformável e acessível para todos. (BRASIL, 2006, p. 8).

Uma crítica apontada pelos pesquisadores do GAE aos parâmetros é em relação à utilização das casas alugadas para a Educação Infantil, como é o caso do município em estudo, uma vez que, geralmente, estes espaços não têm infra-estrutura adequada, não possuem áreas externas ou espaços alternativos para que as crianças possam realizar atividades de movimentação, de convivência, de brincadeiras e de exploração do ambiente.

Faz-se necessário, portanto, que a recomendação dos parâmetros para a atuação dos diferentes profissionais ocorra de maneira interdisciplinar a fim de que se evite “conflitos, erros e redundâncias decorrentes de decisões isoladas e estanques” (BRASIL, 2006, p.15).

A partir desta reflexão a respeito da qualidade dos ambientes escolares para a Educação Infantil, é importante destacar que, ao realizar um estudo de caso em Teixeira de Freitas (BA) sobre as edificações para a Educação Infantil, Sodré e Santos (2004) apontou, nos resultados de sua pesquisa, que as crianças já sinalizavam a necessidade de um ambiente externo que proporcionasse a exploração dos objetos de desejo e necessidades para o processo de desenvolvimento das próprias crianças. Segundo Sodré (2007), neste estudo pôde-se observar que, no município, as crianças não convivem com a qualidade recomendada para o redimensionamento funcional do espaço para atendimento ao público infantil. Este aspecto também foi confirmado em outro estudo, quando a autora constatou, em um sorteio aleatório das escolas públicas de Educação Infantil, que metade funcionava em casas alugadas, com salas sem ventilação, sem área externa e com instalações sanitárias precárias.

Assim como Campos (2006), reconhecemos a importância da garantia da qualidade das creches e das pré-escolas, para que se possa oferecer um serviço educacional baseado no respeito aos direitos da criança. Para tanto, faz-se necessário que os legisladores e administradores municipais também reconheçam essa importância e utilizem a investidura dos seus cargos para legislar, fiscalizar e executar a favor de uma Educação Infantil pública de qualidade.

Voltando à análise do documento da SMEC de Teixeira de Freitas, “Educação Infantil: percursos e percalços” (SMEC, 2004), o aumento da procura por vagas nas instituições escolares fez com que houvesse uma ampliação das ofertas de matrículas nos anos seguintes, e, por consequência, o número de instituições de Educação Infantil, após cinco anos de trabalho, passou a compreender três creches e sete pré-escolas, e ainda eram mantidas várias classes de alfabetização nas escolas de Ensino Fundamental.

O número de matrículas tem aumentado consideravelmente, desde o ano de implantação (1998) da Educação Infantil no município (Tabela 1).

**Tabela 1** - Distribuição das matrículas iniciais, na pré-escola, efetuadas no período 1999/2006 na rede de ensino do município de Teixeira de Freitas – BA

Ano Letivo	Rede Municipal		Rede Privada		Total	
	Nº.	%	Nº.	%	Nº.	%
1999	213	33	431	67	644	100
2000	620	53	543	47	1.163	100
2001	1.232	71	504	29	1.736	100
2002	1.388	74	485	26	1.873	100
2003	1.801	81	428	19	2.229	100
2004	2.549	78	733	22	3.282	100
2005	2.558	74	889	26	3.447	100
2006	2.357	73	887	27	3.244	100

Fonte: INEP / MEC, 2006.

De acordo com os dados do Inep/MEC, em 1999, a rede municipal de ensino prestava uma cobertura de apenas 33% do total de matrículas na pré-escola. Já nos anos subseqüentes, o número de matrículas, da rede municipal, evolui de maneira consistente, até atingir

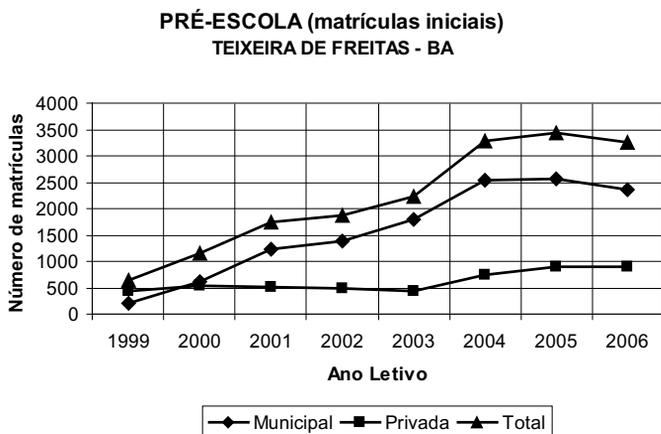
81%, em 2003. No biênio 2004-2005 o percentual da participação das pré-escolas municipais apresenta uma diminuição do total de matrículas em decorrência do aumento da participação das instituições privadas de ensino, neste segmento. É provável que esta variação tenha se dado pela absorção de parcela da população, entre quatro e seis anos de idade, que não consegue vagas nas instituições públicas.

O comparativo entre as matrículas totais dos anos 2003 e 2004 revela um aumento da procura por esta modalidade de ensino da ordem de 47%, ou, mais precisamente, um incremento de 1.053 crianças, que passam a freqüentar a pré-escola. É importante observar que esse aumento ocorre em maior número na educação privada, cujo total de matrículas passa de 428 para 733, o que corresponde a 85% a mais do que no ano anterior. Talvez a ampliação das políticas públicas para a Educação Infantil tenha fortalecido a idéia de que esta etapa da educação é importante para o desenvolvimento das crianças, daí o aumento considerável também na rede privada.

O decréscimo quantitativo de matrículas no último ano deve ser em parte explicado pelo fato de o município organizar, a partir de 2006, o seu sistema de ensino em nove séries; portanto as crianças que freqüentavam as classes de alfabetização em pré-escolas passam a freqüentar o Ensino Fundamental.

No período em análise, é preciso considerar que o sistema municipal de ensino aumenta consideravelmente a sua participação no total das matrículas em pré-escola em relação à rede privada, o que se dá pelo incremento, em 11 vezes, na relação com o ano letivo de 1999, do número de matrículas na rede pública. Contudo, vale ressaltar que Sodré (2007), ao desenvolver seus estudos na Educação Infantil em Teixeira de Freitas, na pesquisa descritiva intitulada “Contribuições das crianças para análises e concepções de espaços de Educação Infantil”, envolvendo uma amostra de crianças com idades que variavam de quatro a seis anos que estavam freqüentando o Infantil I e II das escolas públicas de um município, verificou que a SMEC não possuía um levantamento preciso das escolas de Educação Infantil particulares do município. Por este motivo, a análise que a tabela propicia com segurança é a evolução do número de vagas oferecido apenas pela rede pública de ensino para o segmento em foco.

Na figura 1, pode-se observar que o número total de matrículas na pré-escola do município é crescente até o ano 2005. A participação da cobertura municipal foi determinante para essa evolução nas matrículas nesta modalidade de ensino. Se observarmos os serviços educacionais na rede privada, há uma estabilidade nos seus números de matrículas entre os anos 1999-2003, porém ocorre em 2004 um aumento de 70% (pública e particular) da quantidade de matrículas na pré-escola, e esse aumento é maior devido à demanda na rede pública ser superior à demanda na rede privada. Em 2005, o aumento no número de matrícula na rede privada é de 20%, já no ano de 2006, de acordo com os dados, não há crescimento nestes números, ocorrendo uma diminuição em apenas duas matrículas. Assim, os anos de 2004 e 2005 mostram que há uma tendência para o aumento da oferta da Educação Infantil pública e privada no município e que o decréscimo visualizado em 2006 deve refletir apenas a transferência das crianças de seis anos para o Ensino Fundamental.



Fonte: INEP / MEC.

Apesar do aumento da oferta de matrículas para a Educação Infantil pública, este número ainda é insuficiente para atender à demanda da população infantil do município. Mas a ampliação das políticas públicas voltadas para a Educação Infantil acaba por dar visibilidade aos serviços oferecidos em instituições públicas e, conseqüentemente, poderá ser um fator importante para a exigência de uma educação de qualidade para as crianças, tal como enfatiza Haddad (2006).

O que os números mostram até 1999, em relação à maioria do público infantil, é que as famílias não conseguiam ter acesso aos serviços educacionais. Restava, como alternativa, a cobertura da rede particular de ensino. Contudo, esta possibilidade não era viável, pois tais vagas, além de escassas, eram destinadas às famílias que possuíam recursos para garantir que seus filhos tivessem acesso e permanência em instituições privadas. O que se verifica, portanto, é a exclusão, para a maioria da população infantil, do direito de iniciar o seu desenvolvimento em espaços educacionais antes dos sete anos de idade, uma vez que seus responsáveis legais não dispunham de recursos financeiros para matriculá-los em instituições particulares.

Embora as políticas públicas voltadas para a Educação Infantil não tenham garantido ainda o acesso e permanência a uma parcela significativa das crianças, é preciso reconhecer, segundo Vasconcellos, Aquino e Kappel (2005), que, no final do século XX, aconteceu uma evolução expressiva nas matrículas destinadas a este público, porém as autoras reconhecem que se faz necessário ampliar e democratizar tal acesso. Acrescentamos a isso, a exemplo do que ocorreu em Teixeira de Freitas, a importância da qualidade das edificações destinadas a essa faixa etária.

A partir do investimento na Educação Infantil do município de Teixeira de Freitas, novos profissionais passam a fazer parte da SMEC: são os profissionais que atuam nessa modalidade de ensino e desenvolvem o trabalho pedagógico com as crianças das creches e pré-escolas municipais. Para a realização de um trabalho que levasse em consideração as especificidades das crianças, foi preciso que a SMEC operacionalizasse um grupo de estudo que pudesse dar as orientações fundamentais a esses profissionais, uma vez que se fazia necessário direcionar o fazer pedagógico para uma Educação Infantil que levasse em conta os aspectos de desenvolvimento das crianças que a freqüentam. Esses aspectos estão descritos também na parte introdutória do documento em análise.

Percebe-se no documento que o processo de municipalização da Educação Infantil inicia-se com o trabalho pedagógico de profissionais

voltados para a Educação Infantil a fim de garantir a qualidade nos serviços educacionais ao novo público que passa a fazer parte do sistema municipal de ensino. Esse trabalho foi realizado por um grupo de coordenadoras pedagógicas municipais habilitadas em Pedagogia, que tinham como responsabilidade realizar cursos de capacitação para os profissionais da Educação Infantil e acompanhar o desenvolvimento do trabalho docente nas instituições escolares.

A análise do material da SMEC permite perceber que, apesar de a Educação Infantil ter iniciado em 1998, só a partir de 2000 os profissionais começam a realizar cursos de capacitação em serviço. E ainda que não haja maiores informações, o documento faz referência a um Curso de Alfabetização. É importante ressaltar, contudo, que, com a mudança de governo, alguns técnicos da Secretaria de Educação são substituídos, e por não deixarem registros sobre as atividades e cursos realizados, esses dados se perdem, o que resulta num prejuízo enorme para a memória das instituições públicas.

Nos anos subseqüentes, o número de profissionais aumenta, pois, de acordo com um gráfico presente no documento “Educação Infantil: percursos e percalços”, da SMEC, em 1998 o município contava com aproximadamente dez professores; já em 2000, o número de profissionais atuando na Educação Infantil já se aproximava de uma centena. Para dar conta da qualificação desses professores, a SMEC investe no processo de formação, com a adesão (em abril de 2001) aos Parâmetros Curriculares Nacionais em Ação (PCN’s). De acordo com Oliveira (2005), os PCN’s em Ação se caracterizam pelo rompimento do modelo de cursos esporádicos e de curta duração, realizados anteriormente pelas secretarias, uma vez que, de acordo com a autora, se configura num programa que discute a prática pedagógica em parceria com os profissionais da educação. No município em estudo, os coordenadores-gerais do programa foram os mesmos coordenadores pedagógicos que já realizavam a formação em serviço nas creches e pré-escolas.

Apesar de o MEC recomendar a participação das universidades durante o processo de formação continuada, não há nenhuma referência

a esta atividade no material analisado, apesar de ter, no município, a Universidade do Estado da Bahia (UNEB) que oferece curso de Licenciatura em Pedagogia. A propósito, Vasconcellos, Aquino e Kappel (2005) discutem a importância da participação das universidades públicas na elaboração dos programas de formação continuada, a fim de garantir a qualificação profissional dos que atuam na Educação Infantil.

Com a adesão aos PCN's em Ação, o município de Teixeira de Freitas ofereceu a formação continuada em serviço aos profissionais municipais da Educação. Desta forma, reestruturou as atividades complementares, com o objetivo, segundo o documento da Secretária Municipal de Educação (SMEC, 2004, p.17), de “construir competências para ensinar através de tomada de consciência por parte dos professores”. O curso sobre os PCN's em Ação aconteceu durante todo o ano de 2001 e proporcionou aos profissionais da Educação Infantil um espaço de discussão e reflexão a respeito da sua prática pedagógica. O horário de estudo dos profissionais da Educação Infantil, destinado para a realização desta formação em serviço, estava incluído na jornada de trabalho semanal – 25 horas. De maneira que os profissionais dispunham de cinco horas semanais para participar desta formação em serviço.

A adesão aos PCN's em Ação, firmada pela SMEC, deve ter contribuído para a formação dos profissionais da Educação Infantil, porém é significativo ter 57% destes profissionais no regime de trabalho de contrato temporário, o que certamente poderá vir a interferir na realização de um trabalho sistemático nas creches e pré-escolas municipais. Dito melhor, apesar destes trabalhos, pode-se destacar uma preocupação no que se refere à continuidade da formação destes profissionais e da coordenação central, tendo em vista que mais da metade dos professores são contratados anualmente e as mudanças do governo executivo colaboram para a mudança também dos quadros que compõem a SMEC. Esta falta de estabilidade dos profissionais deve fatalmente contribuir para que a formação não tenha a continuidade necessária à qualidade da atuação profissional que o segmento requer.

Como o fluxo de entrada e saída dos profissionais acontecia sistematicamente, a equipe pedagógica de Educação Infantil do município elaborou, em 2002, uma proposta própria de formação continuada para profissionais dessa modalidade de ensino. Assim, a formação em serviço passou a acontecer em encontros quinzenais na jornada de trabalho dos professores, com duração de quatro horas. Os encontros eram realizados nas próprias instituições de ensino e tinham como objetivos: manter as discussões sobre a prática escolar; refletir sobre a atuação dos profissionais dentro do ambiente escolar; rever a proposta curricular do município; e aproveitar o próprio espaço do encontro para elaborar projetos que seriam desenvolvidos no interior das creches e pré-escolas. Essas eram as propostas descritas para o processo de formação continuada e, de acordo o documento, foram realizadas a partir das observações levantadas no curso do PCN's em Ação e das necessidades que os profissionais da Educação infantil apresentaram para pautar o desenvolvimento do seu trabalho pedagógico.

Como estratégias didáticas, a SMEC previa a realização de reuniões de trabalhos coletivos para trocas de experiências e estudos de temas específicos da Educação Infantil, realização de oficinas, elaboração de projetos didáticos, bem como acompanhamento nas unidades escolares para orientar e apoiar os professores no desenvolvimento do trabalho pedagógico.

Entre os materiais produzidos pela Coordenação Pedagógica da Educação Infantil do município e apresentado no documento em análise, "Educação Infantil: percursos e percalços", há, na segunda parte, as Diretrizes Curriculares para a Pré-escola. Essa parte do documento foi elaborada a partir dos Referenciais Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (RCNEI) e nela encontram-se: uma breve exposição da trajetória da Educação Infantil no Brasil e em Teixeira de Freitas; a apresentação dos pressupostos teóricos da proposta curricular, que se baseia no sociointeracionismo de Vygotsky e o desenvolvimento cognitivo da criança segundo Piaget, as funções da Educação Infantil e a relação entre o educar, o brincar e o cuidar. O documento traz ainda

os objetivos da Educação Infantil, o papel do educador infantil e a organização dos conteúdos a serem trabalhados na Educação Infantil a partir dos seguintes eixos temáticos: movimento, música, artes visuais, natureza e sociedade, matemática, linguagem oral e escrita, identidade e autonomia. O material deixa claro que são propostas que devem ser implementadas de acordo com a necessidade e características específicas de cada escola do município.

Como iremos tratar do documento elaborado pela SMEC a partir dos RcnEI, é importante destacar, como afirma Macedo (2005) em seus estudos, que os Referenciais se configuram, na visão de seus idealizadores, como uma política de Educação Infantil que busca romper com a concepção assistencialista voltada para as creches e com a escolarização na pré-escola, ao mesmo tempo em que tenta romper com a cisão entre o educar e o cuidar na Educação Infantil. Contudo, a compartimentalização em objetivos, conteúdos e orientações didáticas para cada eixo, presente nos RcnEI, se mostra muito mais como uma transposição escolar para as práticas de Educação Infantil. Em seus estudos, Macedo (2005) já alertava para este fato.

Ainda segundo a autora citada, não basta colocar à disposição dos professores os RcnEI, como fez o MEC, sem proporcionar a esses profissionais um suporte teórico, material e condições dignas de trabalho, para que eles possam, a partir de um estudo sério sobre o desenvolvimento infantil, realizar uma prática pedagógica coerente com as especificidades das crianças.

Vale ressaltar que a versão preliminar dos RcnEI foi alvo de diversas críticas de pesquisadores do Grupo de Trabalho (GT) da Educação da Criança de 0 a 6 anos, da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (Anped), que foram pareceristas desses referenciais. Cerisara (2003) realizou uma análise dos pareceres solicitados pelo MEC a pesquisadores e especialistas da área para os RcnEI e constatou que, apesar das posições conflitantes e divergentes entre os pareceristas, o documento final demonstra o amadurecimento das discussões a respeito da Educação Infantil no Brasil. A autora afirma

ainda que houve modificações entre a versão preliminar e a final por conta das reflexões apresentadas em forma de parecer, mas alerta que somente outros estudos poderão verificar até que ponto tais mudanças têm contribuído para a prática pedagógica nas creches e pré-escolas.

É preciso fazer algumas ponderações a respeito das Diretrizes Curriculares no município de Teixeira de Freitas, uma vez que apresentam alguns aspectos fragmentados e recortados dos Rcnei, principalmente em relação às funções e aos objetivos gerais da Educação Infantil. O documento apresenta as funções da Educação Infantil em torno do educar, cuidar e brincar, tal como no texto das Diretrizes Curriculares municipais, porém não demonstra efetivamente a interligação entre as três funções descritas, como se cada uma pudesse acontecer de maneira isolada. Vale lembrar que os Rcnei apresentam as três funções de forma articulada.

Vasconcellos, Aquino e Kappel (2005) afirmam que a utilização dos Rcnei nos municípios poderia vir a ser caracterizada como um instrumento inibidor para a elaboração de programas locais de sistemas de Educação Infantil, uma vez que a estrutura e a organização dos referenciais se constituíram em orientações que certamente poderiam ser seguidas à risca pelas unidades de ensino.

No que se refere às concepções teóricas, as Diretrizes Curriculares do município, assim como os Rcnei, se ancoram principalmente nos estudos de Vygotsky e Piaget, e deixam de lado contribuições de outras áreas do conhecimento, como a antropologia, a linguagem, a filosofia e a sociologia. Segundo Cerisara (2003), os pareceristas dos Rcnei perceberam a falta de interligação entre os diversos campos de saberes na elaboração deste documento.

Com relação à caracterização dada ao profissional da Educação Infantil nas Diretrizes Curriculares do município, este é denominado como educador infantil, visão que não defendemos por compreender que as pessoas que atuam na Educação Infantil devem ser reconhecidas como profissionais da Educação. No decorrer do texto das diretrizes, no que se refere ao “papel do educador infantil”, afirma-se que é preciso que

esses homens e mulheres se constituam como profissionais da Educação, porém não há clareza nesta denominação, como também falta especificar como ocorre essa constituição profissional. É importante destacar que, em alguns momentos do texto, ocorre uma variação entre a denominação de professor, de educador e de profissional da Educação, para designar os que trabalham diretamente com as crianças.

Para Faria (2005), somente com a análise da importância da Educação Infantil poderemos mudar a concepção enraizada de que as pessoas que trabalham com as crianças em creches e pré-escolas não precisam de formação. É fundamental, de acordo a autora, elaborar uma proposta de formação inicial e continuada para esse segmento de ensino. E assim, combater programas de formação episódicos que procuram utilizar os recursos voltados para essa formação apenas para justificá-los, sem se preocupar com uma política de formação articulada com as demandas locais.

Faria (2005) destaca que é preciso que a qualificação desses profissionais possa contribuir de maneira sistemática para o rompimento do caráter antecipatório e preparatório para o Ensino Fundamental que foi atribuído à Educação Infantil em outros momentos.

De acordo com as diretrizes municipais, a organização dos conteúdos se apresenta como eixos de trabalho da mesma forma como são expostos nos RcnEI, a saber: movimento, música, artes visuais, natureza e sociedade, matemática, linguagem oral e escrita, identidade e autonomia. Cabe ao educador organizar e planejar as suas ações de maneira que utilize as diversas possibilidades de cada conteúdo para desenvolver o seu trabalho pedagógico.

Ainda no material disponibilizado pela SMEC, observa-se uma discussão sobre algumas ações que foram desenvolvidas para a Educação Infantil. Como exemplo, destaca-se o evento anual intitulado “Mostra de Trabalhos Infantis”, que a Coordenação Pedagógica Municipal de Educação Infantil implantou a partir de 2001. A mostra tinha por objetivo divulgar os trabalhos desenvolvidos pelas crianças nas creches e pré-escolas públicas.

Desse modo, a comunidade teixeirense poderia ver o trabalho pedagógico da Educação Infantil. Durante o evento, ocorria confecção de livros infantis, leitura de textos (sarau de poesia, parlendas), apresentações musicais, teatro de fantoches, jogos e palestras que contribuíam para a formação continuada dos professores, pois tratavam do desenvolvimento da criança de zero a seis anos. Os trabalhos elaborados pelas crianças e professores das Escolas de Educação Infantil também ficavam expostos. Numa dessas atividades, houve o lançamento de um livro infantil reescrito por um aluno da turma de alfabetização. É importante ressaltar que, durante todo o evento, as crianças que visitavam a mostra podiam desfrutar dos cantinhos de artes, de faz-de-conta e de leitura.

### **Considerações Finais**

O que se percebe é que as iniciativas implementadas pelo município de Teixeira de Freitas – Bahia, através da SMEC, têm procurado se adequar à legislação para que a população infantil tenha acesso a creches e pré-escolas. Mas é preciso estar atento para a garantia da qualidade da Educação Infantil, assegurando as condições necessárias para que as crianças construam, com autonomia, o conhecimento. Os investimentos na formação dos profissionais da Educação Infantil devem ser prioridade, dada a importância da qualificação profissional nesse segmento de ensino.

O material que nos possibilitou tecer a análise acerca da implementação da Educação Infantil no município foi o documento denominado “Educação Infantil: percursos e percalços”. É possível que outros documentos tenham sido produzidos, mas, com as mudanças políticas a cada nova eleição, eles podem ter sido apagados da memória, e os novos quadros dão sempre um tom de recomeço às ações. A análise documental disponibilizada nos permitiu afirmar que as iniciativas para implementar a Educação Infantil pública no município foram importantes, pois foi a partir daí que o município passou a oferecer esta etapa da educação e ampliou as matrículas nos anos subseqüentes.

É preciso lembrar que políticas públicas direcionadas à educação da população infantil compreendem desde a oferta de matrículas em número compatível com a população infantil, espaços com estruturas físicas adequadas para receber as crianças, realização de atividades que garantam a autonomia das mesmas, até e, principalmente, a formação de professores, pois esses profissionais estarão desenvolvendo diretamente um trabalho junto às crianças. Ter algumas escolas e creches sem um quadro de professores consolidado indica um processo de mudança ainda mais lento, mesmo para as crianças que conseguiram vagas nos estabelecimentos municipais, pois as dificuldades vivenciadas pelos professores contratados podem estar comprometendo a qualidade tão almejada.

#### **THE IMPLANTATION OF INFANT EDUCATION IN THE CITY OF TEIXEIRA DE FREITAS - BAHIA**

**Abstract:** This study discusses public policies which guarantee, among other possibilities, access and non-evasion of children in educational spaces. Despite its vast universe, this research focused on a specific educational context – the city of Teixeira de Freitas, located in the southernmost part of Bahia, where organization of infant education can be observed. Therefore actions of the Municipal Secretariat of Education, which aim to follow the law regarding children's access and continuity throughout school in public institutions, are taken into consideration. Thus, available data present in documents of the mentioned department and information gathered from a questionnaire sent to it were analyzed. Based on the results, it is possible to affirm that the Municipal Secretariat of Education has tried to implement infant education in the city. Nevertheless other actions are still needed, such as a career plan, public service exams for those professionals and the establishment of an in-service training program so as to discuss problems regarding infant development. Another aspect to be taken into account is the elaboration of Infant Education Curricular Directives based on the local context since the infra-structure designated to the institutions is not compatible with the specific requirements for infant education.

**Key words:** Infant education. Teacher training. Public policies.

## Referências

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Secretaria da Educação Básica. **Parâmetros Básicos de Infra-estrutura para as Instituições de Educação Infantil**. MEC/SEB. Brasília, 2006.

CAMPOS, M. M.; FULLGRAF, J.; WIGGENS, V. **A qualidade da educação infantil brasileira**: alguns resultados de pesquisas. *Cadernos de Pesquisa*, v. 36, n. 127. São Paulo, jan/abril, 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br>>. Acesso em: 25 maio 2007.

CERISARA, A. B. A produção acadêmica na área da educação infantil com base na análise de pareceres sobre o referencial curricular nacional da educação infantil: primeiras aproximações. In: FARIA, A. L. G. de; PALHARES, M. S. (orgs). **Educação Infantil pós LDB**: rumos e desafios. 4. ed. Florianópolis: Autores Associados, 2003, p. 19-50.

FARIA, A. L. G. de. Políticas de regulação, pesquisa e pedagogia na educação infantil, primeira etapa da educação básica. **Educação e Sociedade**. v. 26, n. 92. Campinas, out. 2005. Disponível em: <<http://www.scielo.br>>. Acesso em: 17 set. 2007.

HADDAD, L. Políticas integradas de educação e cuidado infantil: desafios, armadilhas e possibilidades. **Cadernos de Pesquisa**, v. 36, n. 129. São Paulo, set/dez, 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br>>. Acesso em: 15 maio 2007.

KISHIMOTO, T. M. Política de formação profissional para a educação infantil: pedagogia e normal superior. **Educação e Sociedade**, ano XX, n. 68/especial, 1998.

KRAMER, S. **A política do pré-escolar no Brasil**: a arte do disfarce. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2003.

KRAMER, S. (org). **Profissionais de educação infantil**: gestão e formação. São Paulo: Ática, 2005.

MACEDO, L. C. **Práticas de cuidados e educação com crianças de 0 a 2 anos na creche**: novos olhares. 2005. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Campo Grande, Campo Grande, 2005.

MIEIB. **Movimento Interfóruns de Educação Infantil no Brasil**. Disponível em: <[http://www.mieib.org.br/mieib\\_estrat.php](http://www.mieib.org.br/mieib_estrat.php)>. Acesso em: 26 set. 2007.

OLIVEIRA, S. M. L. A legislação e as políticas nacionais e a educação infantil: avanços, vazios e desvios. In: MACHADO, M. L. de A. (org). **Encontros e desencontros em educação infantil**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2005, p. 35-42.

ROSEMBERG, F. Do embate para o debate: educação e assistência no campo da educação infantil. In: MACHADO, M. L. de A. (org). **Encontros e desencontros em educação infantil**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2005, p. 63-78.

SILVA, M. N. da. **A educação em Teixeira de Freitas – Bahia: relação escola e cidade**. 2002. Dissertação (Mestrado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2002.

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - SMEC. **Educação Infantil: percursos e percalços**. Relatório. Teixeira de Freitas: PMTF, 2004.

SODRÉ, L. G. P., SANTOS, E. M. dos. Qualidade das edificações para a educação infantil: estudo de caso com a apreciação das crianças. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL, 4., 2004, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: ASBREI, 2004, p. 149 -155.

SODRÉ, L. G. P. **Contribuições das crianças para análises e concepções de espaços de Educação Infantil**. Relatório de Pesquisa. 2007. Mimeografado.

VASCONCELLOS, V. M. R.; AQUINO, L. M. L.; KAPPEL, D. B. Infância e políticas de educação infantil: início do século XXI. In: VASCONCELLOS, V. M. R. de. **Educação e Infância: história e política**. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

VASCONCELLOS, V. M. R. Formação dos profissionais de educação infantil: reflexões sobre uma experiência. **Em aberto**. Brasília. v. 18. n.73, p. 98 -111, jul. 2001.

Artigo recebido em: 30/11/2007

Aprovado para publicação em: 03/06/2008